

# A PRÁTICA DAS CLÍNICAS DE DIREITOS HUMANOS NO ENSINO JURÍDICO

LAPA, Fernanda B.;<sup>1</sup> MEDEIROS, Cláudio M.<sup>2</sup>; SOARES, Kawanna A.<sup>3</sup>

Eixo temático: Práticas Pedagógicas e Inovação na Educação Superior

**Resumo:** Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada por professores e alunos do Curso de Direito que fazem parte do Núcleo de Educação Jurídica e Direitos Humanos (NEJUDH), ligado ao Programa Institucional de Pesquisa em Direito (PIP) da Universidade da Região de Joinville (Univille). O presente artigo tem como objetivo principal apresentar a experiência e impactos na formação dos estudantes da Clínica de Direitos Humanos, desenvolvida no curso de Direito da Univille, como importante ferramenta na promoção da prática jurídica e da Educação em Direitos Humanos. Ao formar futuros bacharéis em Ciências Jurídicas, a instituição tomou para si a responsabilidade de oferecer uma formação capaz de contribuir de forma significativa para os distintos campos contemplados pelo saber jurídico. Considerando o cenário social e econômico, faz-se necessário oferecer aos estudantes uma formação integral, capaz de possibilitar o acesso às ferramentas mais adequadas quando há referência aos direitos fundamentais. Neste sentido se pretende demonstrar por meio de um breve relato de experiência, a prática realizada pela Clínica de Direitos Humanos ao longo de mais de dez anos e suas principais contribuições na formação dos estudantes. Inicialmente, será apresentado o método clínico e seus pressupostos principais para, em seguida, destacar os impactos apontados em avaliações realizadas com os estudantes da Clínica e que demonstram as habilidades e desafios identificados por eles durante este processo pedagógico.

**Palavras-chave:** ensino superior; educação em Direitos Humanos; clínicas de Direitos Humanos.

## INTRODUÇÃO

A Educação em novos direitos, incluindo os Direitos Humanos, vem ao encontro do que determinam as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Direito, ou seja, contempla uma exigência da sociedade em face das mudanças sociais, as quais vêm acompanhadas de novas e sofisticadas tecnologias, como também das novas e mais complexas situações jurídicas que demandam recursos didáticos e pedagógicos que promovam, além do

---

<sup>1</sup> Doutora pelo Programa de Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP (2014). Mestre e Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Coordenadora Executiva do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH). É professora de Direitos Humanos e Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. E-mail: flapa@iddh.org.br.

<sup>2</sup> Doutor em Psicologia da Educação, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013). Professor Adjunto do Curso de Direito da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. E-mail: mede@terra.com.br.

<sup>3</sup> Acadêmica do curso de Ciências Jurídicas na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. E-mail: kawannaalano@gmail.com.

adequado raciocínio jurídico, uma postura ética com senso de justiça e sólida formação humanística do acadêmico.

Os currículos dos cursos de Direito têm sido adaptados em diversas instituições de ensino (IES) em todo o país, para responderem às novas mudanças exigidas pela sociedade atual para os profissionais do Direito. Uma dessas demandas tem sido o aumento de habilidades práticas, ou seja, os estudantes identificam que os cursos de Direito, em sua grande maioria, não os preparam bem para a vida prática profissional, e, cada dia mais tem se preocupado com o ensino massificado para provas de concursos.

Atento a essas mudanças, o curso de Direito da Univille, como instituição comunitária afeta à realidade social, tem procurado proporcionar aos estudantes e à comunidade a integração de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, além do desenvolvimento da prática jurídica que é oferecida por meio do Escritório Modelo de Assistência Jurídica (EMAJ) e as Clínicas Jurídicas.

A preparação para a atividade jurídica exige a oportunidade de uma formação acadêmica que possa ser integrada às múltiplas demandas sociais verificadas atualmente. A perspectiva de futuro enuncia uma série de novas demandas sociais, e de novas formas organizativas do exercício profissional, bem como da efetivação do acesso à justiça.

O ensino e aprendizagem por meio da participação ativa dos alunos nas Clínicas Jurídicas, e na Clínica de Direitos Humanos, vem ao encontro dos objetivos do Curso de Direito que é, além da capacidade técnica, a formação de profissionais capazes e comprometidos com a ética e a solidariedade. Sendo assim, o curso de Direito da Univille busca promover uma formação humanista, comprometida com a sociedade e a consciência jurídica crítica e a Clínica de Direitos Humanos é um desses espaços na instituição.

## **1 O MÉTODO CLÍNICO**

Nos últimos anos, a educação jurídica no Brasil tem sido voltada principalmente a ensinar os estudantes a manejar a máquina judiciária, através de aulas expositivas, memorização de leis, códigos e jurisprudência; mas apesar de aprender o ‘Direito e o processo judicial’ não se aprende a resolver os conflitos de maneira diversificada e abrangente que poderia ser, muitas vezes, mais efetivo que o método litigioso.

Nas faculdades de Direito do país, para realizar a prática jurídica, um dos projetos de extensão mais utilizados são os EMAJ's - escritórios modelo de assistência jurídica -, onde o aluno aprende as funções de um advogado; mas este projeto, apesar de ser eficaz em algumas

instituições, não potencializa o senso crítico no estudante, e sim fomenta o mecânico e litigioso (*para cada situação deve haver uma ação judicial correspondente*).

Em termos gerais, a Metodologia Clínica busca desenvolver uma índole inovadora e analítica nos alunos por meio da problematização de questões induzindo ao desenvolvimento do pensamento crítico e questionador. Como ressalta Lapa (2014)<sup>4</sup>, esse método se diferencia do ensino catedrático e mecanizado instituído no Brasil, e, por isso, busca quebrar com um paradigma tradicionalista.

No caso de uma educação jurídica com foco em direitos humanos, segundo Benevides<sup>5</sup> - ela deve ser continuada, atingir emoção e ainda visar à mudança na sociedade:

A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos: primeiro, é uma educação permanente, continuada e global. Segundo, está voltada para a mudança cultural. Terceiro, é educação em valores, para atingir corações e mentes e não apenas instrução, ou seja, não se trata de mera transmissão de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, que deve abranger, igualmente, educadores e educandos, como sempre afirmou Paulo Freire.

As Clínicas de Direitos Humanos buscam unir essas duas questões: proporcionar um ensino jurídico problematizador e estratégico, mas que também busca a Justiça Social. Por isso, esse método contribui sobremaneira para a humanização do Direito, instigando a busca de métodos inovadores para a solução dos problemas jurídicos.

## **2 OS PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS CLÍNICOS**

Lapa (2014) estabelece que a metodologia clínica tenha, pelo menos, sete metas que poderiam ser cumpridas durante o período de aprendizado dos estudantes; que seriam i) compromisso com a Justiça Social, ii) metodologia participativa, iii) articulação da teoria e prática dos Direitos Humanos, iv) integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão, v) enfoque interdisciplinar, bem como aos dois pressupostos necessários para a existência real e efetiva de um espaço universitário no Brasil, vi) institucionalização formal e reconhecimento na Universidade e vii) um público-alvo prioritariamente universitário.

### **2.1 Compromisso com a Justiça Social**

A análise do processo histórico de surgimento das Clínicas de Direitos Humanos revela a sua vinculação aos períodos emblemáticos de transformação social, com destaque aos

---

<sup>4</sup> LAPA, Fernanda Brandão. *Clínica de direitos humanos: uma proposta metodológica para educação no Brasil*.

<sup>5</sup> BENEVIDES, Maria Victoria. *Educação em Direitos Humanos: do que se trata?* Programa Ética e Cidadania.

movimentos sociais e ONGs. Esta semelhança reafirma o comprometimento das Universidades com a sua responsabilidade ética e social, onde os trabalhos práticos desenvolvidos estariam diretamente conectados com aqueles que podem ou têm seus direitos violados.

A metodologia de clínicas abre espaço para que ações e pensamentos contraditórios à inclusão, à empatia, à tolerância, ou seja, aos adeptos ao preconceito, ao racismo, à homofobia, à xenofobia e ao machismo sejam descristalizados, transformados e reconstruídos por um processo de diálogo e reflexão. O ensino por clínicas promove o equilíbrio entre o aprendizado estudantil e o atendimento social, por meio do qual se monitora o grupo hostilizado, resgatando-se a dignidade e a humanização da convivência social.

## 2.2 Metodologia Participativa

Conforme alerta Freire<sup>6</sup> a educação, normalmente, têm um caráter narrativo onde uma parte disserta sobre os tópicos e a outra unicamente escuta, como se o ouvinte fosse uma caixa vazia sendo preenchida. A metodologia proposta na Clínica busca um desenvolvimento relacional entre os alunos e professor coordenador que sobreponha este modelo porquê: “*Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros*” (FREIRE, 2005).

Logo, a clínica visa à construção de um espaço para desenvolver a identidade pessoal e profissional do acadêmico; auferida através de uma abordagem participativa em espiral, onde o estudante tem uma atuação ativa e o professor de caráter orientador e avaliativo; por intermédio de estudos de casos emblemáticos de impacto - e visando a mudança - social, no qual a tomada de decisões é realizada de forma independente e emancipadora por parte do discente (LAPA, 2014).

## 2.3 Teoria e Prática

Os casos a serem estudados deverão buscar a solução de um problema concreto, conservando a veracidade para a aprendizagem, em decorrência da harmonização mais eficaz entre a teoria e prática realizada quando ocorre simultaneamente. Divergindo do ensino tradicional e adquirindo competência na teoria-prática através dos métodos de:

---

<sup>6</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. p. 65.

(...) negociação, argumentação jurídica, uso de tecnologia virtual, coleta de informações, “fact-finding”, entrevista com responsáveis e vítimas, organização de campanhas. É visível que, ao aprenderem a identificar um problema, analisar as relações políticas, econômicas, sociais, ambientais e jurídicas de um caso e pensar nas possíveis soluções, usando todas essas dimensões, a visão que terão do uso estratégico de um litígio, por exemplo, será muito mais eficaz do que se partirem da visão do litígio/judicialização sempre como única solução para um problema de direitos humanos. (LAPA, 2014)

A metodologia clínica implica num diferente modo de se olhar e de se tratar os conflitos sociais que resulta na humanização do direito, de maneira que este não fique distante da justiça social.

#### 2.4 Ensino, pesquisa e extensão

As Universidades brasileiras têm como premissa maior a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão voltadas ao processo de formação do estudante. Por sua vez, as atividades das Clínicas de Direitos Humanos conseguem ser desenvolvidas em perfeita harmonia com estas componentes curriculares. As atividades de ensino ocorrem por meio de encontros periódicos em formato de grupo de estudos, podendo também acontecer por meio de disciplina optativa ou como horas complementares efetuadas com projetos integradores.

São fomentados debates acerca dos casos práticos e dos fundamentos teóricos, que resultam na formulação de perguntas e respostas, gerando o conhecimento. A prática extensionista poderá ser realizada a partir de casos selecionados pelos estudantes ou de demandas externas, existindo sempre que possível o contato direto com a comunidade.

#### 2.5 Interdisciplinaridade

Como abordado por Lapa (2014), os estudantes têm dificuldade de abordar os Direitos Humanos dentro de uma visão interdisciplinar<sup>7</sup> em sala de aula, apesar de esta disciplina ser na sua essência interdisciplinar. Verifica-se que os alunos possuem conhecimento sobre as áreas de forma fragmentada e não conseguem perceber a amplitude e abrangência da disciplina.

Há que se considerar que a Educação em Direitos Humanos está imbricada com outras áreas do saber, como sociologia, psicologia, pedagogia, relações internacionais e entre outras, bem como com diversos temas como saúde, educação, justiça, moradia, cultura, e meio

---

<sup>7</sup> Sendo que o próprio CAPES incentiva a educação em Direitos Humanos de forma interdisciplinar; a resolução 09/2004 da CNE/CES e o MEC define a necessidade do caráter interdisciplinar nos cursos jurídicos.

ambiente. Os estudantes necessitam desenvolver métodos de análise em diversas dimensões porque o formalismo desconecta a realidade e torna o meio jurídico uma teoria abstrata, não desumaniza apenas a função jurídica do Direito, mas o próprio ser humano (Japiassu, 1976)<sup>8</sup>.

Reputa-se desta forma, que um ambiente como a Clínica de Direitos Humanos em ambiente fora das salas de aula, mas incluída na grade curricular, permite que os estudantes desenvolvam a interdisciplinaridade entre os temas por meio da análise de fenômenos percebidos nas diversas áreas, desenvolvendo-se um diálogo analítico, interativo e construtivo, onde “*A interdisciplinaridade será realizada através de uma negociação entre as diversas disciplinas*” (LAPA, p. 136)

## 2.6 Institucionalidade e Reconhecimento na Universidade

Para garantir a segurança e eficácia das atividades realizadas dentro das Clínicas é necessário que cada Universidade realize a institucionalização da forma mais pertinente possível, podendo ocorrer como um programa universitário, projeto de ensino ou de extensão. Sendo que a forma mais adequada seria através da sua inclusão na matriz curricular do curso de Direito (Lapa, p. 139), pois permite que os docentes tenham carga horária e os estudantes reconhecimento.

## 2.7 Público-Alvo Universitário

As Clínicas deverão ser criadas com o intuito de proporcionar um espaço para a exposição de conhecimentos, sentimentos vivências e experiências entre os estudantes e professores. Para o êxito das clínicas é necessário que o docente que coordene os trabalhos tenha conhecimento dos temas abordados, tenha experiência prática com atividades de ensino, pesquisa e extensão, tenha disponibilidade de horário e também comprometimento ético e social. Quanto aos alunos podem ser tanto da graduação como da pós-graduação, haja vista que a presença destes enriqueceria o debate e a troca de experiências.

## **3 IMPACTOS NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS DA UNIVILLE**

---

<sup>8</sup> JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. p. 17.

Em 2007, para complementar as atividades realizadas no curso de Direito da Univille e a fim de ampliar a visão humanista já apresentada do curso, foi inaugurada a Clínica de Direitos Humanos da Univille, que foi a primeira clínica jurídica fundada no Brasil. Em princípio, surge como um projeto institucional que buscava unir ensino, pesquisa e extensão na área de direitos humanos, mas na prática, no início, acaba surgindo mais como um grupo de estudos para suprir uma demanda dos estudantes de Direito que solicitavam por um espaço de debate e reflexão sobre temas de direitos humanos no Brasil e no mundo.

Por isso, a professora de direitos humanos, Fernanda Lapa, inaugura a clínica de direitos humanos buscando inovar a metodologia jurídica tradicional que existia na disciplina curricular obrigatória da graduação para acrescentar em um espaço “fora da sala de aula” um estudo sobre a prática nacional e internacional de direitos humanos. Assim, a clínica de direitos humanos da Univille foi criada para:

promover a educação em direitos humanos para o maior número de pessoas possível, sejam acadêmicos, professores, ativistas ou profissionais do direito por meio de grupos de estudos, projetos de pesquisa e extensão, participação em simulados internacionais e nacionais, realização de eventos acadêmicos, etc.<sup>9</sup>

Ao finalizar o estágio na Clínica de Direitos Humanos da Univille os estudantes do 9º e 10º semestre realizam uma avaliação pessoal e do projeto de direitos humanos realizado, vide Anexo I; esta avaliação visa identificar quais desafios e habilidades os estudantes percebem que adquiriram durante o processo pedagógico<sup>10</sup>.

Separamos pontos mais detalhados das últimas avaliações, referentes aos anos de 2017 e 2018, para destacar alguns dos impactos que percebemos no aprimoramento de habilidades que nos parecem importantes para a formação técnica e pessoal de futuros profissionais em geral, e, neste caso, para a área jurídica.

A análise dessas avaliações foi dividida em três blocos de habilidades, nas quais organizamos nas tabelas apresentadas no Anexo II que representam alguns dos impactos sentidos pelos estudantes nos últimos dois anos. Apresentaremos esses três Blocos e alguns depoimentos dos estudantes que exprimem suas percepções do processo pedagógico.

Os Blocos são: i) Pró-atividade, Trabalho em Equipe, Autonomia e Tomada de Decisões; ii) Fala, Escuta e Organização de Atividades; e iii) Realidade dos DHs no Brasil, Interdisciplinaridade, Humanização e Sensibilidade.

---

<sup>9</sup> SITE UNIVILLE. *Clínica de Direitos Humanos*.

<sup>10</sup> Vide Anexos, onde são apresentados gráficos e tabelas referentes aos Relatórios citados; dos anos de 2017, primeiro e segundo semestre, e 2018, primeiro semestre.

### 3.1 Pró-atividade, Trabalho em Equipe, Autonomia e Tomada de Decisões

Uma das diferenças principais que os estudantes percebem já no começo é que geralmente estão acostumados a trabalhar individualmente nas salas de aula, ou em duplas no EMAJ. Na ClínicaDH, eles trabalham em equipes de três a quatro pessoas e precisam aprender a negociar e tomar decisões. O professor, no método clínico, não apresenta respostas prontas para os estudantes e nem apresenta um cronograma de intervenções que serão executadas no caso. As intervenções, judiciais e extrajudiciais, são propostas pelos estudantes no decorrer do semestre e devem ser decididas por eles (de acordo com a viabilidade, adequação, tempo, limitações e entre outros). Ao valorizar a autonomia do estudante, ele começa a se sentir confortável para pensar “fora da caixa” e trazer respostas criativas para problemas jurídicos complexos, como são os de direitos humanos. Dentre os relatórios realizados destaca-se:

*O estudo na clínica foi uma experiência enriquecedora e diferente para a minha vida, pois a disposição das aulas é muito diferente das que estou acostumada a participar. Na clínica consigo ter mais concentração no que estou estudando, visto que tenho que levantar as possíveis soluções para o caso trabalhado, o que me obriga a primeiro buscar entender todos os institutos jurídicos envolvidos.<sup>11</sup>*

*A expectativa era diferente da que ocorreu durante o bimestre. Na minha visão pegariamos um caso específico, de um indivíduo, e tentariamos resolver ou encontrar alguma solução prática apenas naquele caso. Mas, foi além de um caso isolado, buscamos solucionar problemas mais amplos que atingem um conjunto de pessoas. A expectativa da clínica foi atingida e pude aprender muito sobre uma área que se demonstra muito mais presente no cotidiano do que imaginava.<sup>12</sup>*

### 3.2 Fala, Escuta e Planejamento de Atividades

Para qualquer profissão e para a vida, em geral, é importante o desenvolvimento da fala e da escuta. Cada dia mais há o desafio da “distração digital” e da falta de concentração. No método clínico, desenvolve-se muito a fala e escuta porque sendo um grupo pequeno que precisa expor suas ideias para tomar decisões coletivas, os estudantes praticam a escuta e desenvolvem a fala para defenderem seus pontos de vista. Frisando as declarações dos estudantes à seguir:

*Aprendi com a professora Fernanda Lapa e com a Clínica de Direitos Humanos a me comunicar melhor, tomar decisões, a planejar minhas ações com antecedência e tive novas experiências com formas de estudo mais dinâmicas, a Clínica é uma*

---

<sup>11</sup> Explicação realizada pelo aluno, no segundo semestre de 2017, em seu Relatório Pessoal.

<sup>12</sup> Explicação realizada pelo aluno, no primeiro semestre de 2017, em seu Relatório Pessoal.

*ótima oportunidade ao aluno que quer colocar o aprendizado adquirido no curso em prática.*<sup>13</sup>

*A clínica me auxiliou a desenvolver a minha habilidade de ouvir o outro e tomar atitudes a partir do consenso do grupo, bem como propiciou maior alcance para expor minhas opiniões para outras pessoas, sendo estas da clínica ou não.*<sup>14</sup>

*Ao longo da minha permanência na universidade, tentei fugir ao máximo da exposição de falar em público. Essa exposição durante a clínica, e a forma que fui incentivada a falar e expressar minhas ideias, foi importante em todos os sentidos, tanto na hora de apresentar trabalhos, quanto no fator emocional que acabou me atingindo de forma muito positiva. Um pequeno passo dado em direção ao desprendimento de traumas e inseguranças que não me impedem de conquistar espaços, conhecimento e reconhecimento não somente como aluna, mas como indivíduo fora da vida acadêmica.*<sup>15</sup>

*O trabalho na clínica também foi de grande valia para que eu conseguisse me expressar melhor, pois, apesar de eu ser uma pessoa extremamente comunicativa, tenho muita insegurança ao discutir qualquer assunto com pessoas que não conheço ou que não tenho intimidade.*<sup>16</sup>

### 3.3 Realidade dos DHs no Brasil, Interdisciplinaridade, Humanização e Sensibilidade

Como dito anteriormente, uma das prioridades dos cursos de Direito deveria também ser formar profissionais com foco na Justiça Social. O ensino tradicional do Direito, na maioria das vezes, não é aberto ao diálogo com outras áreas do conhecimento. Disciplinas como psicologia, história, sociologia, filosofia, dentre outras, permitem ao estudante compreender bem melhor a própria realidade em que vive e, assim, exercer melhor seu papel, tanto pessoal como profissional, na sociedade. Ou seja, a interdisciplinaridade, que é difícil de ser implementada em aulas jurídicas tradicionais é extremamente bem vinda nas clínicas jurídicas, pois a busca da solução de problemas complexos e paradigmáticos necessita de uma visão mais abrangente da própria ciência. Assim, o método clínica incentiva os estudantes a pensarem de forma interdisciplinar para “dentro do Direito”, como em diálogo com outras áreas.

*A partir desse trabalho consegui absorver a ideia da interdisciplinaridade, a qual é frequentemente presente para o acadêmico de direito, que as vezes não percebe a sua importância, uma vez que objetiva em alguns casos estudar determinada ciência de maneira isolada, ou até mesmo de matérias sem fazer o paralelo com as demais.*<sup>17</sup>

Na clínica de direitos humanos, em especial, o contato com temas e desafios de direitos humanos expõem os estudantes a realidades e violências que, em sua grande maioria,

---

<sup>13</sup> Explicação realizada pelo aluno, no primeiro semestre de 2018, em seu Relatório Pessoal.

<sup>14</sup> Explicação realizada pelo aluno, no primeiro semestre de 2018, em seu Relatório Pessoal.

<sup>15</sup> Explicação realizada pelo aluno, no primeiro semestre de 2018, em seu Relatório Pessoal.

<sup>16</sup> Explicação realizada pelo aluno, no segundo semestre de 2017, em seu Relatório Pessoal.

<sup>17</sup> Explicação realizada pelo aluno, no segundo semestre de 2017, em seu Relatório Pessoal.

não estão acostumados a identificar. Isso permite compreenderem na prática a teoria que estudam em sala de aula e a exercitarem a empatia, ou seja, a se sensibilizarem com a realidade concreta e perversa de uma sociedade desigual formada por privilégios, e não por direitos. Sendo exposto pelos participantes do projeto:

*Descobri que um jurista não é aquele que apenas conhece de leis. Observei que tem muitos com direitos mínimos sendo violados. Me vi impotente...*<sup>18</sup>

*Termino a experiência clínica instigado a perseguir o sonho de um mundo mais fraterno e me aperfeiçoar, pois apesar dos tempos difíceis e temerosos... A vida requer coragem!*<sup>19</sup>

*Na prática, podemos ter uma ideia de como de dá a tutela dos DH's, pois estamos lutando para grupos sociais que muitas vezes não são devidamente ouvidos pela sociedade. Desse modo a prática não segue um padrão fixo, ou um trâmite tal como o processo, requerendo que os alunos identifiquem o público para quem vão auxiliar, quais são os problemas que esse grupo social enfrenta, e qual a maneira mais efetiva e viável para aplicar as soluções dos problemas.*<sup>20</sup>

*O desenvolvimento do semestre na clínica de direitos humanos foi um período de crescimento para mim, não só academicamente, como pessoalmente. A metodologia de trabalhar os temas buscando a inserção na realidade fática, não só por parâmetros teóricos e de via judicial, mas por outros meios que permeiam a atividade jurídica, me fez abrir a visão em relação a atuação jurídica nas demandas de direitos humanos.*<sup>21</sup>

*Por fim, destaco como um dos maiores ganhos que tive a formação humanística que a clínica proporciona, está foi a tal ponto que não me limitei os interesses e a sensibilização somente ao tema que o meu grupo trabalhou, mas também dos temas dos demais grupos. Sem sombra de dúvidas, o olhar diferenciado da clínica em buscar soluções diferentes, em fazer parcerias para as soluções dos problemas e intervir da melhor forma com os meios possíveis será um aprendizado que levarei para a minha vida profissional e pessoal.*<sup>22</sup>

Fora explicitado sobre como o modelo de estudo clínico implementa uma forma de trabalho além do catedrático - que foi descrito como 'ensino engessado' -, onde requer uma análise aprofundada para buscar as possíveis soluções para o problema. Ademais, é definida como uma experiência enriquecedora e distinta, onde se alcança um nível de concentração maior para conseguir entender os institutos jurídicos e como manejá-los no caso concreto.

*Diferente de tudo que participei na minha pequena caminhada acadêmica, a Clínica de Direitos Humanos nos faz pensar fora da caixinha, quero dizer, distante do senso comum ou preconceitos, desvinculando da letra fria da lei.*<sup>23</sup>

---

<sup>18</sup> Explicação realizada pelo aluno, no segundo semestre de 2017, em seu Relatório Pessoal.

<sup>19</sup> Explicação realizada pelo aluno, no primeiro semestre de 2018, em seu Relatório Pessoal.

<sup>20</sup> Explicação realizada pelo aluno, no segundo semestre de 2017, em seu Relatório Pessoal.

<sup>21</sup> Explicação realizada pelo aluno, no segundo semestre de 2017, em seu Relatório Pessoal.

<sup>22</sup> Explicação realizada pelo aluno, no segundo semestre de 2017, em seu Relatório Pessoal.

<sup>23</sup> Explicação realizada pela aluna, no segundo semestre de 2017, em sua Relatório Pessoal.

Em geral, a Clínica de Direitos Humanos foi definida como um lugar de transformação, por ser um espaço aberto que permite o crescimento dos estudantes de forma coletiva e desenvolve uma responsabilidade tanto por sua atividade profissional, como também como cidadão social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um país como o Brasil, com uma desigualdade social e econômica continental, como seu próprio tamanho, é fundamental que os estudantes de Direito percebam a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos. E, assim, reconheçam que existem grupos na sociedade brasileira que a todo momento estão tendo seus direitos violados, sejam os direitos civis, sociais, culturais, econômicos e/ou ambientais.

É claro que ainda existem muitos desafios, práticos e teóricos. Os estudantes comentaram que não eram tão bem informados sobre o que seria uma clínica jurídica quando ingressaram e, isso fez com que alguns cursassem sem saber o que esperar. Outros sugeriram que as clínicas deveriam estar disponíveis no meio do curso, e não no final, porque teriam mais tempo disponível para se dedicarem.

Sabemos que as clínicas jurídicas ainda têm uma história recente no Brasil, mas, já tem demonstrado sua eficácia nas universidades que existem. Acreditamos que as clínicas jurídicas podem complementar de forma excepcional a prática jurídica dos estudantes de Direito, somado à outras atividades práticas ativas. Como exposto por um dos nossos estudantes:

*(...) após passar pela clínica observei que basicamente um complementa o outro, acabamos testando habilidades diferentes, pois no EMAJ apesar de ajuizar ações e atender clientes, na Clínica aprendemos a traçar estratégias, pesquisar, trabalhar em equipe, discursar um pouco, sem contar que se trabalha com minorias, pessoas que muitas vezes não são 'vistas' pela sociedade.*

Sendo assim, faz-se mister estudar mais e compreender melhor o papel das clínicas jurídicas nos cursos de Direito, assim como quais são seus impactos na formação dos profissionais do Direito e na própria sociedade onde elas atuam.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Maria Victoria. *Educação em Direitos Humanos: do que se trata?* Programa Ética e Cidadania. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9\\_benevides.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf)>. Acesso em 20 de agosto de 2018.

CAPES. Portal de Periódicos da Capes. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em 20 de julho de 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2005. p. 65.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro, Imago, 1976.

LAPA, Fernanda Brandão. *Clínica de direitos humanos: uma proposta metodológica para educação no Brasil*. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2014.

MEC. Resolução 09/2004 da CNE/CES. Portal do MEC. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf)>. Acesso em 6 de agosto de 2018.

UNIVILLE. *Clínica de Direitos Humanos*. Disponível em: <<http://www.univille.edu.br/pt-BR/departamentos/direito/clinica-direitos-humanos/608138>>. Acesso em: 31 de agosto 2018.

## ANEXO I

### AVALIAÇÃO

**Nome (opcional)** \_\_\_\_\_

**Fase:** \_\_\_\_\_

1. Por que você fez a clínica de direitos humanos durante sua prática jurídica neste semestre?

( ) Fui obrigada/o, não tinha outra opção

( ) Escolhi porque queria ter uma prática diferente do EMAJ

( ) Pareceu que era mais fácil

( ) Escolhi porque gosto de direitos humanos

( ) Outro

Comente: \_\_\_\_\_

2. Você sabia o que era a metodologia clínica? Sim/Não. Foi explicado para você anteriormente? Comente.

3. Você faria outra clínica jurídica durante sua prática jurídica se tivesse oportunidade? Sim/Não. Em caso positivo, do que seria? Penal, Trabalhista, Empresarial, Imigrantes, Mulheres? Cite o que te interessaria.

4. Você considera que a metodologia clínica foi positiva para sua aprendizagem durante a graduação?

( ) Sim

( ) Não

Comente: \_\_\_\_\_

5. Quais habilidades você considera que a metodologia clínica ajuda a desenvolver? Preencha por números onde 1 é a maior (preencha apenas as habilidades que acredita que a clínica auxilia o desenvolvimento)

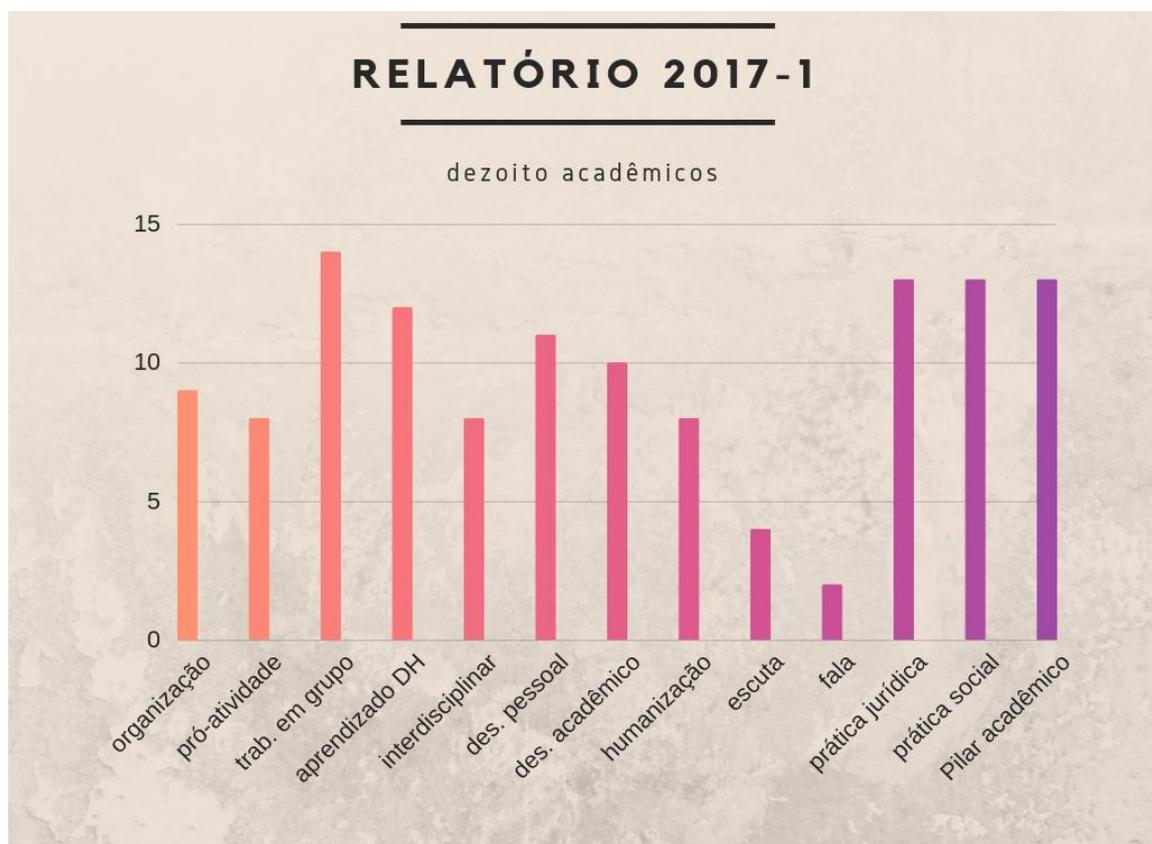
- ( ) valorização pessoal e auto-estima
- ( ) respeito ao(s) outro(s) (tanto no grupo como na sociedade)
- ( ) comunicação/oratória
- ( ) elaboração escrita
- ( ) pensamento crítico
- ( ) aprender a tomar decisões coletivas
- ( ) aprender a mediar conflitos
- ( ) negociação
- ( ) articular teoria e prática
- ( ) pensar em estratégia de um caso

Outra(s): \_\_\_\_\_

6. Se quiser, dê sua sugestão para a melhoria das clínicas jurídicas na UNIVILLE.  
\_\_\_\_\_

## ANEXO II

Gráficos e tabelas referentes aos Relatórios Pessoais realizados pelos dezoito acadêmicos que participaram do Projeto da Clínica de Direitos Humanos da UNIVILLE, no primeiro semestre do ano de 2017.



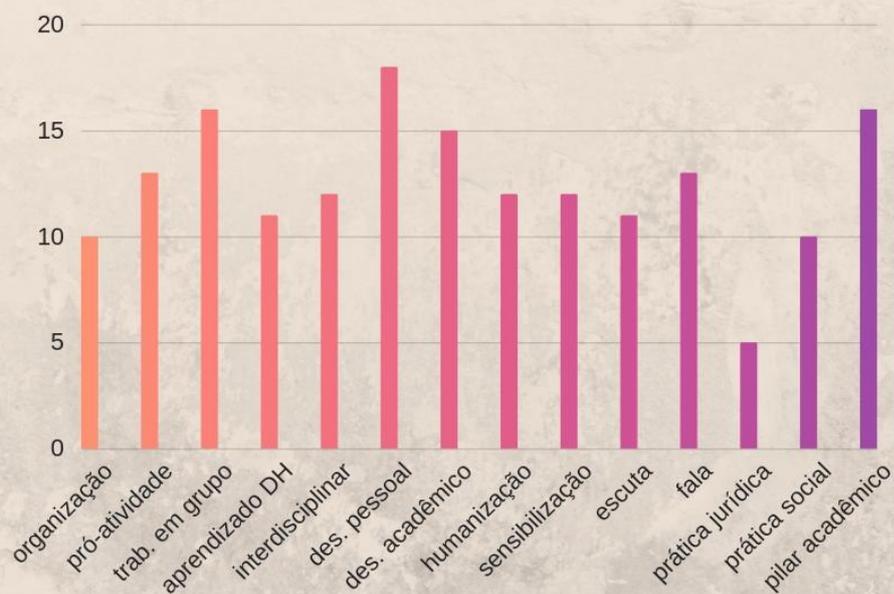
QUALIDADE DESENVOLVIDA	NÚMERO DE ALUNOS
Organização	9
Pró-atividade	8
Trabalho em grupo	14
Aprendizado em Direitos Humanos	12
Interdisciplinaridade	8
Desenvolvimento pessoal	11
Desenvolvimento acadêmico	10
Humanização	8
Escuta	4
Fala	2
Prática jurídica	13
Prática social	13
Integração de ensino, pesquisa e extensão	13



<b>QUALIDADE DESENVOLVIDA</b>	<b>NÚMERO DE ALUNOS</b>
Organização	10
Pró-atividade	13
Trabalho em grupo	18
Aprendizado em Direitos Humanos	18
Interdisciplinaridade	9
Desenvolvimento pessoal	18
Desenvolvimento acadêmico	14
Humanização	12
Sensibilização	8
Escuta	9
Fala	8
Prática jurídica	8
Prática social	12
Integração de ensino, pesquisa e extensão	20

# RELATÓRIO 2018-1

vinte acadêmicos



QUALIDADE DESENVOLVIDA	NÚMERO DE ALUNOS
Organização	10
Pró-atividade	13
Trabalho em grupo	16
Aprendizado em Direitos Humanos	11
Interdisciplinaridade	12
Desenvolvimento pessoal	18
Desenvolvimento acadêmico	15
Humanização	12
Sensibilização	12
Escuta	11
Fala	13
Prática jurídica	5
Prática social	10

